

# À recém-nascida República: a cidadania festiva no 30<sup>o</sup> dia da República

RICARDO DE AGUIAR PACHECO\*

---

**Resumo:** Como parte de uma dissertação esse artigo pretende apresentar um dos elementos nela analisados: as festividades de cunho político que se desenrolaram em Porto Alegre nos primeiros dias após a Proclamação da República. Percebendo que esses festejos, onde se faz presente a multidão não ocorrem de forma desarticulada. Ao contrário, propomos que eles são práticas sociais legítimas para a ação política dos membros da comunidade política. Inerentes a um determinado comportamento político percebemos nessas práticas e representações sociais a articulação de uma identidade social para o agente político, que então chamamos de cidadania festiva.

**Abstract:** This article tends to introduce the festivities that took place in Porto Alegre in the days after the proclamation of the Republic in Brasil. We realize that these celebrations, where a crowd was present, don't happened in desarticulated form. On the contrary, we propose that they represented legitimate social practices to a determinate political behaviour: we perceive in these practice manifestations and social representations that articulate a social identity for the politics agent which we name festive citizenship.

**Palavras-chave:** Cidadania. República. Festas políticas.

**Key words:** Citizenship. Republic. Political festivities.

---

No período de implantação da República no Brasil as ruas de Porto Alegre se tornam palco de diferentes manifestações sociais. São vários comícios e pronunciamentos políticos que expõem a movimentação social vivenciada pelos contemporâneos. Contudo, um ato toma singular atenção. No dia 15 de dezembro de 1889 a população da cidade de Porto Alegre realiza uma passeata em

---

\* Professor da SMED/PMPA e mestre em História pela UFRGS. Esse artigo é extraído da dissertação intitulada: *O povo está nas ruas: a cidadania republicana em Porto Alegre.*

comemoração ao 30<sup>o</sup> dia da República. Como quem embala um recém nascido a população porto-alegrense sai as ruas para anunciar seu entusiasmo com o novo regime político. O presente artigo tem como objetivo apresentar esse festejo comemorativo e analisá-lo como a manifestação política que caracteriza uma determinada identidade social articulada para o cidadão nos primeiros momentos da vida republicana na cidade.

Partimos nessa análise da concepção de que a cidadania não se constitui numa categoria *a priori* definida. Antes entendemos a cidadania como uma identidade socialmente articulada e temporalmente definida. Ou seja, defendemos que cada sociedade, no interior de suas relações sociais, articula para si uma determinada representação social do que seja a cidadania, quais são os direitos e deveres de seus membros políticos e quais as práticas legítimas para demandá-los.

Para isso articulamos esse texto em quatro momentos: primeiramente veremos como podemos entender a multidão no cenário histórico; a seguir abordaremos os festejos ocorridos nos primeiros dias da República; depois descreveremos o festejo de 15 de dezembro de 1889; por fim, procuraremos interpretar a identidade política que se articula no interior dessa manifestação, a qual chamaremos de *cidadania festiva*.<sup>1</sup>

### **A multidão como sujeito histórico particular**

O agente histórico coletivo que se manifesta nos movimentos sociais de rua não são facilmente identificáveis nos estudos históricos. George Rudé argumenta que os fenômenos sociais coletivos não são muito investigados pelos historiadores, a ponto de não se ter formado um conceito preciso para a análise.

Para esse autor, o “povo”, quando é mencionado na historiografia democrática liberal, é sempre visto como um ente abstrato, do qual diferentes grupos sociais ora fazem parte, ora estão excluídos, de acordo com a situação abordada e com o interesse analítico. O “povo”, para esses historiadores, é sempre visto com simpatia e como o agente transformador da sociedade. Para os historiadores conservadores, a “turba”, ou mesmo a “ralé”, identifica o coletivo humano que age na rua de forma conjunta. Esse agente é

<sup>1</sup> Apenas gostaria de ressaltar que essa não se constitui na única perspectiva de participação política que se desenvolveu no interior da cidade. Essas são analisadas, em seu conjunto, na dissertação de mestrado da qual se extraiu este artigo.

visto como perturbador da ordem estabelecida. No seu interior são sempre identificados indivíduos criminosos e desempregados não merecedores de crédito no processo histórico.

Para Rudé, ambas as visões são estereótipos carregados de preconceitos. Em sentidos opostos, os primeiros vêem no povo a pureza da história, ao passo que os outros encontram na turba a perversão da ordem social. Para escapar desta dicotomia, Rudé propõe que a *multidão* é um agente histórico particular e como tal deve ser investigado:

“Considero multidão aquilo que os sociólogos chamam de grupo ‘frente-a-frente’ ou de contato direto, e não qualquer outro tipo de fenômeno coletivo, como a nação, o clã, a casta, o partido político, a comunidade aldeã, a classe social, o público em geral em qualquer outra ‘coletividade demasiado ampla para agregar-se’.”<sup>2</sup>

Vemos nesse arrazoado que a multidão é um agente social coeso. Diferente da visão abstrata sobre o povo ou a turba, Rudé estabelece que os membros da multidão mantêm um *contato direto* entre si. A multidão é, portanto, uma coletividade humana que por algum motivo age de forma coesa. Um conjunto de indivíduos que se agregam para manifestar um interesse que naquele momento é comum, tornando-se um agente histórico. Sua composição não é estável e sua união não está baseada em um preceito universal abstrato. Antes, sua reunião e unidade se devem a um projeto comum e específico àquele momento. Para se observar a multidão na história dos movimentos sociais, Rudé propõe algumas questões que devem ser postas às fontes de pesquisa:

“Em primeiro lugar, fazendo algumas perguntas, começando com: o que realmente aconteceu, tanto em relação ao fato propriamente dito como em relação a suas origens e conseqüências? [...]. Outra pergunta: que proporções tinha a multidão em questão, como agiu, quem (se houve) foram seus promotores, quem a compunha, e quem a liderou? [...]. Outra: quais eram os alvos ou vítimas das atividades da multidão? [...] qual a eficiência das forças de repressão, ou da lei e da ordem? [...]. Finalmente: quais as conseqüências do fato e qual a sua significação histórica?”<sup>3</sup>

Com esse interrogatório às fontes de pesquisa podemos encontrar os elementos que agregaram a multidão e quais as suas

<sup>2</sup> RUDÉ, George. *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e Inglaterra 1730-1848*. Rio de Janeiro: Campus, 1991, p.1.

<sup>3</sup> Rudé, op. cit., p. 9-10.

perspectivas de ação como sujeito histórico. O conceito de multidão apresentado por Rudé, mais do que o de povo ou de massa, confere concretude ao estudo das manifestações populares observadas nas ruas de Porto Alegre, durante os primeiros momentos da República.

Se a população sai às ruas formando uma multidão, é porque possui um projeto comum que serve de elemento agregador desses indivíduos. Como manifestação de caráter político, essa multidão tem presente uma perspectiva de atuação nas questões do Estado. Essa multidão traz em si uma representação da identidade de cidadão que se deseja ver reconhecida pelo Estado como legítima.

### O 15 de novembro em Porto Alegre

Durante o dia 15 de novembro de 1889 Porto Alegre estava curiosa pelos acontecimentos que se passavam na Corte e que compareceram nos jornais de forma sucinta. A *Federação* deste dia publicou em suas páginas duas notas, chamando a atenção dos leitores para a forte queda no câmbio em função de notícias que as casas comerciais recebiam de seus agentes na capital. Somente por volta das 16h é que chegou à redação da *Federação* telegrama dando conta da Proclamação da República e, estando fechada a edição, a grande notícia do dia 15 ficou para a segunda página.<sup>4</sup>

“Governo Provisório Rio, 15 de novembro

O povo, o exército e a armada vão instalar um Governo Provisório, que consultará a Nação sobre a convocação de uma Constituinte.

Erguem-se aclamações geraes à República

Quintino Bocayuva

Viva a Liberdade! Viva a República! Viva a Pátria Brasileira!”<sup>5</sup>

Pelo próprio texto do telegrama publicado podemos ver que o jornal e a cidade não ficaram sabendo muito do que havia ocorrido. Obrigado a transcrever apenas essas poucas palavras recebidas sobre assunto de tamanha relevância, podemos aventar que, ao menos nessa noite, os moradores de Porto Alegre ainda tivessem pouco claro o rumo dos acontecimentos no Rio de

<sup>4</sup> Sergio da Costa Franco, em *Júlio de Castilhos e sua época*, aponta este horário como o mais provável para a chegada do telegrama.

<sup>5</sup> *A Federação*, 15 nov. 1889.

Janeiro. Somente nos dias seguintes é que a folha republicana publicou maiores detalhes da derrubada do gabinete, dando ao seu público leitor informes mais completos.

O *Jornal do Comércio*, órgão que pretendia apresentar-se como neutro nas disputas políticas, será bem mais comedido no trato do assunto. Sendo um matutino, é perfeitamente compreensível que não mencione nada na sua edição do dia 15. Contudo, esse silêncio já não se justifica na edição do dia 16, quando possivelmente já haviam chegado maiores informações que confirmavam os acontecimentos.

Da leitura desse primeiro texto e do segundo silêncio, podemos perceber que nos dias 15 e 16 Porto Alegre não tinha certeza do que estava ocorrendo no Rio de Janeiro. Se para *A Federação* estava certa a Proclamação da República, para os editores do *Jornal do Comércio* ainda havia dúvidas a serem esclarecidas. Essas dúvidas, com certeza, não eram somente dos redatores mas também da população, que não estava esperando por tais acontecimentos. Podemos ler, a partir disso, que a Porto Alegre de então encontram-se desinformada, não tendo segurança das notícias que recebia.

Somente na edição do dia 17 é que o *Jornal do Comércio* assegurou aos seus leitores a dimensão dos fatos. Em duas notas curtas e extremamente objetivas, colocadas não na capa mas na segunda página, o jornal confirmava a troca do regime, os nomes dos membros do Governo Provisório, e afirmava a tranqüilidade com que tudo isso ocorreu no Rio de Janeiro. Evitando qualquer envolvimento com as informações, essas notas estavam redigidas com os termos: “por telegrama consta ter sido proclamada a República nas províncias de São Paulo e Minas Gerais” numa. Outra, com desconsideração ainda mais intrigante, dizia: “como é geralmente sabido, foi proclamada a república no Brasil”.<sup>6</sup>

Desses textos, podemos concluir que a partir do dia 17 o conjunto da cidade de Porto Alegre se deu por convencida da Proclamação da República. Ainda ora tácita a pouca simpatia com que até aqui o *Jornal do Comércio* tratava o novo regime. Talvez por isso seja possível dar crédito quando, nessa mesma edição, a folha anunciou as manifestações ocorridas ainda nos dias 15 e 16 de novembro.

“Anteontem e ontem foi muito festejada a mudança do governo.

<sup>6</sup> *Jornal do Comércio*, 17 nov. 1889.

Durante os dois dias muitas salvas foram dadas e centenas de foguetes esturgiram os ares.

À noite algumas casas iluminaram, inclusive o edifício do Club Republicano e oficinas da Federação, e bandas de música percorreram as ruas da cidade.”<sup>7</sup>

Seguindo a marcante linha de sobriedade e pouco envolvimento com os fatos, esta folha confirmava a existências de manifestações festivas para dar-se *salvas* à Proclamação da República. Mais que isso, deu pálida idéia de sua dimensão quando mencionou os elementos no plural, *centenas de foguetes, casas iluminaram, bandas de música, as ruas*.

Obviamente foi o órgão republicano – e não é preciso repetir o comprometimento deste com os fatos – que deu cores mais fortes a essas cenas:

“O júbilo popular.

É indescritível o entusiasmo que tem agitado a população da capital nestes últimos dias.

Só mesmo a Proclamação da República Federal Brasileira, abrindo a era da regeneração da pátria, teria o poder de emocionar de tal modo a alma popular.

Transitam pelas ruas e estacionam nas praças grupos numerosos de cidadãos e famílias, bandas de música executam a Marseillaise, milhares de foguetes atroam os ares; à noite recrudescer a agitação de um modo indescritível, iluminam-se muitos edifícios, focos de luz elétrica deslumbram a estranha agitação com as suas projeções esplendentes.

O escritório da redação e oficinas desta folha tem estado atopeitados de cidadãos ansiosos por conhecerem as deliberações do Governo Provisório.

A União Republicana tem estado em festa permanente, perante enorme multidão.

Na fachada em que funciona a patriótica corporação foram colocados os retratos de beneméritos da República e o busto da liberdade.

É indescritível o que vai de jubilo na capital do Rio Grande.”<sup>8</sup>

No texto do *Jornal do Comércio* não foram identificados os foliões, deixando entrever que eles eram compostos por mais do que simplesmente os propagandistas republicanos. Já nessa calorosa e comprometida descrição das manifestações de apoio à Proclama-

<sup>7</sup> *Jornal do Comércio*, 17 nov. 1889.

<sup>8</sup> *A Federação*, 18 nov. 1889.

ção da República feita pela *Federação*, podemos ter mais clareza de que elas não estavam limitadas aos membros do PRR. Ao contrário, o que se diz é que elas se expandiam pela cidade e incorporavam uma população que, mesmo não sendo descrita, sugere ser bem mais abrangente.

Nos termos abstratos de *população* ou, ainda mais significativo, de *alma popular*, utilizados para designar quem se empolga com a República, podemos incluir que, além dos militantes do republicanismo, outros diferentes grupos sociais que habitam a cidade também se fazem presente às manifestações. A designação de *Cidadãos*, como termo genérico frequentemente utilizado no discurso republicano, nos diz pouco sobre os participantes, mas quando se fala das *famílias* presentes ao evento, o texto nos deixa ver que foram às manifestações não somente os homens, a quem tradicionalmente pertence o mundo da política, mas também as mulheres, crianças e filhas solteiras.

Personagens sempre tão restritos ao universo doméstico, a sua presença denota tanto a legitimidade social ganha pelos festejos em comemoração à República, como a sua capacidade de mobilização ao invocar a população urbana às ruas. Tais manifestações podem, da forma como estão descritas, ser aproximadas das festas religiosas de então, que reúnem multidões nas praças e onde a presença das moças de família é socialmente aceita. O evento público em comemoração à República associa-se assim ao lúdico, dando espaço ao conagraçamento social motivado pela novidade.

*Localizando as ruas e praças como os locais de manifestações*, podemos ver que a prática da política sai dos círculos restritos, privados, das sedes do Clube Republicano e da *Federação*, adquirindo um caráter público, amplo e socialmente reconhecido. Nesses espaços públicos não é dito que a população se informa ou debate a situação política que se inaugura, mas que efetivamente se diverte, comemora, festeja com *bandas de música* que, no plural, seguramente tocam não somente a *Marseillaise*, e com *foguetes* que aos milhares (ou mesmo aos centenaes) fazem muito barulho pela cidade.

Também distinguem-se as práticas mantidas na sede da União Republicana, *em festa permanente, perante enorme multidão*, daquelas das dependências da *Federação*, que *tem estado atropetada de cidadãos ansiosos por conhecerem as deliberações do Governo Provisório*. Diferenciam-se assim os locais de festa, a sede da União Republicana, espaço do conagraçamento político, e o local da informação, na sede da *Federação*. Separaram-se os cidadãos, sujeitos à espera dos

atos do Governo, da *multidão* que, em festa permanente, expressa seus sentimentos para até mesmo os governantes verem.

As palavras usadas nesse relato não são neutras. No primeiro caso, se encarnam as virtudes cívicas que dão corpo à linguagem da cidadania e ao envolvimento dos indivíduos com o Estado e, no segundo, a percepção de uma massa ou povo que, sem consciência política dos acontecimentos, apenas legitima simbolicamente a dimensão e o alcance popular da mudança do regime. O redator da *Federação* quer, no seu texto, incorporar os participantes dos festejos à Proclamação da República como pessoas desejosas do novo regime. Contudo, com a distinção semântica operada, acaba por retirar da iniciativa popular o caráter de participação, de ação política.

O caráter de manifestação política somente é digno aos *cidadãos* que aguardam as novas determinações estatais na *Federação*. Separa-se assim o político, o oficioso, o sério do popular, do espontâneo, do lúdico. O texto da *Federação* deseja apresentar as festividades como expressão de um apoio popular à República, contudo retira dessas manifestações o seu caráter político. Os republicanos demonstram estar interessados nesse apoio da população urbana, mas também dão a entender que não estão dispostos a considerar todas as manifestações como sendo de cidadãos.

### O aniversário do 30º dia da República

Pelo que vemos, a Proclamação da República é recebida em Porto Alegre com entusiasmo e coletivamente festejada. Apesar disso, faltava algo! Faltava aquela sensação de ter estado lá; de ter tomado parte do assalto ao poder e ter contribuído para a derrubada da Casa Real. Faltava vivenciar os fatos, ou acreditar tê-los vivenciado, ativamente.

Mesmo não tendo esse nível de consciência, os jovens alunos da briosa Escola Militar – sempre prontos a defender a República e outros princípios do positivismo, pregados por muitos de seus professores – têm a idéia de comemorar o aniversário do 30º dia do novo regime. Anunciando tal intento, fazem circular na cidade um panfleto cujo texto é transcrito pela *Federação*:

#### “BOLETIM

Os alunos da Escola Militar, tendo resolvido festejar o advento sublime da República Brasileira, vem pedir o concurso de todos os cidadãos nacionais e estrangeiros para a realização do seu desidera-



tum. Desde já convidam todas as autoridades civis e militares, os cidadãos do exército e armada, classe comercial, caixeral, operária, todas as associações e a grande massa popular a comparecerem no grande passeio cívico que realizarão no dia 15 do corrente [...].”<sup>9</sup>

Nessa convocação podemos ver que o objetivo da manifestação é *festejar*, transformar as ruas em um grande palco para a manifestação pública de um contentamento. São os jovens alunos da Escola Militar, cheios de energia juvenil e empolgados com a possibilidade de transformar o mundo, de atuar na definição das questões políticas.

Para isso, são convidados os cidadãos que se quer presentes como cúmplices nesse ato. São convidados aqueles indivíduos a quem, dentro do novo regime, devem ser atribuídos os direitos da cidadania. Não só os nacionais, mas também os *cidadãos estrangeiros* – que aqui não são cidadãos de outro Estado, mas os cidadãos brasileiros de outra nacionalidade – são convidados a participar.

Estrangeiros são os imigrantes que se fazem presente na Porto Alegre deste momento. Eles estão diretamente vinculados ao processo de dinamização da economia e são, basicamente, os detentores do capital comercial e industrial ou os trabalhadores assalariados destes estabelecimentos. São aqueles sujeitos envolvidos nas transformações econômicas que a cidade de Porto Alegre está vivendo e que trazem consigo uma bagagem cultural própria. Herdeiros de uma tradição política distinta dos nacionais, têm mais presente o significado do Governo Republicano e das festas cívicas.

Contudo, não basta convidar os cidadãos de forma tão abstrata. É preciso nomeá-los, e, para isso, é feita uma hierarquia de convidados que nos é muito significativa: são chamadas, em primeiro lugar, as *autoridades civis e militares* – que não são tratadas por cidadãos –, para depois chamarem-se os *cidadãos do exército e da armada*. Por essa distinção os primeiros são os oficiais, os segundos os soldados. Vemos que os cidadãos armados – os soldados –, assim como na caserna, não são autônomos e estão submetidos a uma hierarquia, a alguém que lhes é superior, o que implica em uma disciplina e uma limitação na ação tanto militar como política.

Na seqüência da nomeação dos grupos que se quer presentes, lê-se o chamado à *classe comercial*, – que são os detentores do capital –, para depois mencionar o grupo *caixeral* – que são trabalhadores assalariados do comércio – e a classe *operária* – os trabalhadores

<sup>9</sup> A Federação, 11 dez. 1889.

assalariados das manufaturas. A divisão social dessas classes está bem clara para os organizadores do evento, assim como a hierarquia entre elas.

Por fim, temos o chamamento à *grande massa popular*. Essa, por exclusão dos grupos antes mencionados, é constituída pelos setores sociais que vivem na informalidade tanto econômica como social. São os camelôs, cangueiros, feirantes, gente que vive de biscates... trabalhadores pobres, brancos e negros, que moram na cidade.

Convocada pelos alunos da Escola Militar às vésperas do evento, a manifestação vai contar com outros apoios. Os jornais publicam convocações feitas por diversas *associações* aos seus membros para participarem da festividade.

Percebemos então que a vontade de comemorar a República empolga setores da sociedade que vão além dos alunos da Escola Militar e torna-se um fato social de amplitude significativa, extrapolando o campo social tradicionalmente afetado pelo movimento republicano: os profissionais liberais, oficiais do exército e setores descontentes da oligarquia.

Curioso também é notar que essas entidades não quiseram fazer do jornal *A Federação*, folha da propaganda republicana, o porta-voz de suas convocatórias. Preferiram antes manifestar-se através de anúncios nas páginas do *Jornal do Comércio*. Esses são os casos da *Sociedade Portuguesa*, da *Sociedade Italiana* e da *Sociedade Luso-Brasileira*, que chamam seus sócios, notadamente a comunidade imigrante, a participarem do festejo:

#### “INVITO

La colonia italiana si invita a voler riunirsi nella sede della Società di Mutuo Soccorso Vittorio Emmanuele II questo sera alle ore 5, per accompagnare il passaggio civico organizzato dali alunni della scuola Militare”.

#### “CONVITE

Os cidadãos portugueses são convidados a reunirem-se hoje às 5 horas no edifício da Sociedade Portuguesa de Beneficência para acompanhar a marcha cívica promovida pelos alunos da Escola Militar”.

#### “LUSO-BRASILEIRA

De ordem do cidadão presidente convidado aos Srs. Sócios a reunirem-se no club, domingo, 15 do corrente às 5 horas da tarde para

incorporados fazermo-nos representar nos festejos da Escola Militar".<sup>10</sup>

Como vemos, nessas convocatórias a chamada é feita para os membros das associações concentrarem-se nas suas respectivas sedes e não diretamente na praça. Com isso, pretende-se fazer uma entrada coletiva no ato, de forma a marcar a sua participação como grupo social distinto. É perceptível, tanto no uso do *Jornal do Comércio* como na entrada em separado, uma postura de distanciamento dessas entidades com a comissão organizadora do evento. Entrando coletivamente na atividade, demonstra-se uma liberdade na ação política. Ainda que, no interior da manifestação, procura-se preservar uma identidade própria que os diferencie daquela atribuída pelos organizadores do evento.

Também a *Liga Agrícola-Industrial* publica nas páginas do *Jornal do Comércio* convite para participarem do ato as classes produtoras:

#### "CONVITE

A diretoria da Liga Agrícola Industrial convida a todas as classes produtoras e todas as sociedades operárias para comparecerem no próximo domingo, 15 do corrente, às 4 horas da tarde, na praça 15 de novembro (antiga praça Conde D'Eu) para incorporarem-se na festa cívica, que promove a distinta mocidade da Escola Militar".<sup>11</sup>

Nesse chamamento às *classes produtoras* – termo que então designa tanto a burguesia comercial e industrial como o operariado – vê-se também a preocupação de fazer uma concentração em separado, distanciando-se do comando da festa e realizando uma entrada coletiva que marque a sua chegada.

Por fim, como é de se esperar, também a *União Republicana* chama seus membros a concentrarem-se na sua sede para se incorporar ao ato:

#### "UNIÃO REPUBLICANA

De ordem do cidadão presidente convido todos os sócios da União Republicana para comparecerem no edifício da sociedade, domingo, 15 do corrente, às 5 ½ horas da tarde, a fim de incorporarem-se ao passeio cívico que a briosa e intemerata Escola Militar re-

<sup>10</sup> *Jornal do Comércio*, 15 dez. 1889.

<sup>11</sup> *Jornal do Comércio*, 15 dez. 1889.

alizará naquele dia, em comemoração ao advento da República brasileira”.<sup>12</sup>

A forma como esses diferentes grupos sociais articulam a sua presença na manifestação não é gratuita, e quer demonstrar alguma diferenciação entre eles e os organizadores do evento: o chamamento particularizado aos associados, a concentração em separado para entrada em coletivo, o uso das sedes como referência e a opção de não publicar seus convites no jornal situacionista, denotam a intenção dessas associações de não se subordinarem de todo à comissão organizadora do *festejo*.

Essas comunidades querem fazer parte da festividade por haver uma aceitação geral, uma concordância coletiva com a República. Porém vê-se ainda uma disputa pela identidade de cidadão que se quer legitimar com sua participação no interior do processo.

No dia seguinte ao ato, *A Federação* publica longa e apaixonada descrição das *festividades* do domingo em matéria que inicia dizendo:

“Não foi propriamente uma marcha cívica que acaba de se realizar em Porto Alegre. Foi uma explosão de júbilo que irrompeu do seio da população”.<sup>13</sup>

Também o *Jornal do Comércio* noticia o ato com destaque, apresentando:

“[...] as festas com que ontem e anteontem a cidade de Porto Alegre por iniciativa da Escola Militar solenizou o trigésimo dia depois da Proclamação da República brasileira, foram deslumbrantes, verdadeiramente dignas da civilização a que chegamos”.<sup>14</sup>

É perceptível a surpresa dos redatores com os acontecimentos. As expressões *explosão de júbilo* e *dignos da civilização* dão conta de uma exaltação do ocorrido como algo inédito para a cidade. Algo que a envolveu com grande entusiasmo. Segundo as informações apresentadas pelo redator d’*A Federação* no decorrer do texto – e que são confirmadas pelo *Jornal do Comércio* – as manifestações, como programadas pelos organizadores, começaram pela manhã do dia 15 com salvas de canhão disparadas na Escola Militar e descargas de fuzilaria nos quartéis. A cidade é acordada cedo

<sup>12</sup> *A Federação*, 11 dez. 1889.

<sup>13</sup> *A Federação*, 16 dez. 1889.

<sup>14</sup> *Jornal do Comércio*, 17 dez. 1889.

para que as sedes das associações e as ruas centrais sejam enfeitadas com bandeiras e fitas coloridas, dando o tom festivo e cívico típico das comemorações de uma data nacional.

“Um movimento desusado, logo pela manhã, o aspecto das ruas centrais com o seu embandeiramento, preveniram o espirito agradavelmente para a marcha projetada, cuja a magnificência era antevista pelos preparativos em que se achavam várias corporações e pela geral adesão que a idéia dos alunos da Escola Militar atraiu desde que foi agitada”.<sup>15</sup>

Esse *movimento desusado de geral adesão* expresso no texto nos dá conta de um envolvimento coletivo, que empolga a população da cidade com a manifestação política de caráter festivo. A observação de que o embandeiramento prevenia o *espírito agradavelmente* revela que havia, por parte do redator, uma falta de previsão sobre a reação de possíveis descontentes com o regime republicano.

Somente ao final da tarde é que a população começa a concentrar-se na Praça Marechal Deodoro da Fonseca (antiga D. Pedro II). O espaço público fronteiriço à sede do Governo Provisório no Estado lota e o redator da *Federação* calcula que a praça abrigue 10.000 pessoas.<sup>16</sup> Esse número evidentemente pode estar sendo superestimado pelo redator, mas lembremos que a população de Porto Alegre está próxima dos 50 mil habitantes. Mesmo que se considere a metade do anunciado, já seria muito para a Porto Alegre de então.<sup>17</sup>

Totalizando ou não este número, estão presentes ao ato uma multidão composta, segundo a descrição dada pela *Federação*, pelos concidadãos republicanos, propagandistas ou adesistas de última hora e membros do governo provisório; homens ilustres do poder republicano que procura se firmar como legítimo diante da sociedade em geral e particularmente frente aos seus antigos detentores.

As associações trazem seus estandartes para demarcarem seus lugares na passeata. Fazendo a entrada coletiva que projetaram nos convites e mantendo seus sócios reunidos em torno de suas bandeiras, mantém sua identidade própria fazendo-se perceber como grupos particulares no interior da manifestação. As di-

<sup>15</sup> *A Federação*, 16 dez. 1889.

<sup>16</sup> *A Federação*, 16 dez. 1889.

<sup>17</sup> É preciso lembrar que, pelo senso de 1890, o município de Porto Alegre, incluída a área rural, possui uma população de 52.421 habitantes; uma passeata de 1.000 pessoas já corresponderia a 2% de toda a população.

versas bandas que se distribuem pela praça animam a população reunida. A contar, pelo menos três das diferentes guarnições militares da cidade e um número não menor de bandas civis estavam presentes ao ato. Pelo que podemos ouvir, o som executado na praça não foi nada baixo. Das ruas laterais à praça surge o *povo*.

A questão colocada é: quem resta para compor o *povo* aí mencionado? Pela exclusão dos antes nomeados, como povo podemos designar os trabalhadores desqualificados, negros e brancos pobres com profissão pouco definida que vivem de pequenos biscates e têm a rua como espaço privilegiado para suas atividades econômicas. Os do *povo* não pertencem a nenhuma associação de classe ou étnica. Estão acostumados a freqüentar a rua e não sentem a necessidade de diferenciar-se no meio da multidão que se forma para a manifestação cívica.

É essa multidão que, embalada pela *Marseillaise*, começa a desfilar pelas ruas da cidade. O desfile, contudo, mesmo ocorrendo em um domingo, esperou o anoitecer para ter início. Durante o escuro da noite a iluminação das ruas, somada à das casas particulares e dos prédios públicos, juntamente com lanternas de mão carregadas pelos participantes da caminhada – que assim se assemelha ainda mais a uma procissão – adquirem um efeito que, sem dúvida, fez referência à iluminação da sociedade pelos princípios republicanos, que vinculam a sensação de modernidade, vivenciada pela iluminação pública, com os ideais da República.

Organizados, os manifestantes saem pelas ruas com lugares definidos. Essas posições não deixam de revelar uma hierarquia dos participantes muito significativa.

“A frente ocupava o lugar de honra, que lhe compete, a câmara municipal desta capital, representada pelos vereadores Motta Coelho, Azevedo Lima, Rafael Ventura, Cunha Netto e Felississimo de Azevedo”.<sup>18</sup>

Segundo o *Jornal do Comércio*, à frente de todos está a Câmara Municipal e na lista dos camaristas presentes o republicano é apresentado por último. Somente atrás destes homens que representam a municipalidade vem a Escola Militar com seu estandarte. Já para *A Federação* o préstito é puxado pelos jovens republicanos, alunos da Escola Militar.

<sup>18</sup> *Jornal do Comércio*, 17 dez. 1889.

“A vanguarda foi logo ocupada pelos alunos da Escola Militar, tendo a frente uma esplêndida [bandeira] da República dos Estados Unidos do Brasil, com a devida esfera, estrelas e divisa”.<sup>19</sup>

Essas diferentes versões não são isentas, pois dão importâncias diferentes aos personagens e seus compromissos. O *Jornal do Comércio*, em que pese participar e narrar a passeata, parece estar preocupado em diminuir a importância dos militantes republicanos na sua condução. Já *A Federação* procura dar maior luz à presença de seus correligionários do PRR. Para esse jornal são os próprios alunos da Escola Militar que abrem a manifestação carregando uma bandeira que não é nacional, mas da República, e cujo destaque são a *devida esfera, estrelas e divisa* que, como se sabe, é de inspiração positivista.

Ainda nessa versão, logo atrás vêm as lideranças do PRR: Júlio de Castilhos, marcado por portar a bandeira do jornal *A Federação*, que dirige, e não pelo cargo de secretário do governo. Já Ramiro Barcelos, Antão de Farias e outros membros do PRR são indicados pelos postos que ocupam no governo estadual. Também estão presentes os estandartes do *Jornal do Comércio* e da *Folha da Tarde*, representando a imprensa. Outros jornais da época como *O Patriota*, mantido pelo Partido Conservador, e *A Reforma*, portavoz do Partido Liberal, parecem não estar presentes ao ato.<sup>20</sup>

Após esse primeiro grupo, vêm as autoridades militares do exército e da marinha, oficiais e inferiores, que portam consigo a bandeira da República Rio-Grandense de 1835, evocando a lembrança do movimento farroupilha e fazendo ligação entre seu símbolo e o novo regime. E muitas outras associações: Instituto Brasileiro, União Republicana, Banda Republicana, Liga Agrícola Industrial, União Operária Clube Leopoldina, Club dos 20, Gemeindser (?), Colégio Rio-Grandense, União Comercial, Club Caixeiral, Luso Brasileira, Club Italiano e Sociedade Italiana de Mútuo Socorro, Filhos de Thalia, “todas as bandas marciais da guarnição e diversas particulares”.

Estão presentes ao ato os comerciantes e industriais da cidade através da União Comercial, mas também seus funcionários do Club Caixeiral e da União Operária. Também as famílias chiques,

<sup>19</sup> *A Federação*, 16 dez. 1889.

<sup>20</sup> Os Exemplares desses jornais não estão disponíveis no MCSHJC devido ao seu precário estado de conservação, não podendo ser consultados. Essas fontes, se consultadas, certamente trarão novos elementos para o debate aqui proposto.

freqüentadoras do Club Leopoldina e do Club Comercial, se fazem presentes. E mais:

“Em vários pontos do trajeto o préstito foi ainda reforçado pelos alunos de ambos os sexos da Escola Normal, pela colônia Portuguesa, por uma comissão do Club Comercial e por outras coletividades”.<sup>21</sup>

A presença de *alunos de ambos os sexos* da Escola Normal e do Colégio Rio-Grandense, além dos clubes de recreio, como o Club Leopoldina e o Club Comercial, nos dá conta da presença de moças na multidão. Vemos, assim, a aceitação social do evento noturno pois, a esse tempo, raros eram os motivos pelos quais “moças comportadas” da Escola Normal podiam sair à rua durante a noite.

Pelo que temos descrito a respeito da manifestação, ela conta com um público composto por praticamente todos os personagens da cidade. Senhores negociantes e suas senhoras, operários e suas famílias, jovens e senhoritas. Todos sentem-se à vontade e saem à rua para comemorar a República. O elemento aglutinador dessa multidão, portanto, não está na sua origem social. Antes, o que anima a participação nesse evento é o desejo de festejar a República. De manifestar acolhida e mesmo empolgação com o novo regime.

Considerando o traçado urbano da época, a passeata parte da Praça Deodoro da Fonseca (ou da Matriz) pela Rua Duque de Caxias até a Rua Dr. Flores. Desce esta até a Rua dos Voluntários da Pátria e segue para a Praça 15 de Novembro (antes Praça Conde D’Eu). Daí sobe pela Rua Gal. Silva Tavares (hoje Gal. Floriano Peixoto), entrando na Rua dos Andradas e indo em direção à Rua Gal. Portinho. Por essa chega na Rua Duque de Caxias retornando ao ponto inicial, na Praça Deodoro da Fonseca.<sup>22</sup> Nesse trajeto o *préstito* literalmente circunda o centro da cidade e passa pelos principais pontos de Porto Alegre. A passeata transita, assim, pela cidade verdadeira, pelo espaço que socialmente é reconhecido como a “Cidade”.

Lembremos que Porto Alegre ainda pouco, se expande para além da península central, e que na área por onde passa o préstito localizam-se tanto as grandes casas comerciais como as feiras dos víveres que chegam pelo rio; aí ficam tanto as residências das fa-

<sup>21</sup> A Federação, 16 dez. 1889.

<sup>22</sup> Ver mapa de 1888, desenhado um ano antes da República; dá uma boa imagem do que era a cidade no momento da manifestação.



mílias ricas como os cortiços onde, se amontoam os pobres da cidade.

Ao longo deste trajeto ainda são realizadas diversas manifestações. Das janelas dessas diferentes moradias a população, notadamente a feminina, tem o costume de acompanhar os acontecimentos citadinos e expressa, nesse momento, o seu apoio. O centro comercial da cidade, que funciona na Rua dos Voluntários da Pátria, tem três quadras tomadas de ponta a ponta pelos participantes da passeata, o que sem dúvida impressiona qualquer um e pode dar um outro parâmetro para confirmar a grandeza da multidão que se movimenta.

Seguindo pela Rua dos Andradas, o desfile passa pelos pontos mais chiques de Porto Alegre. Nesse tempo os passeios pela rua da Praia e pela Praça Senador Florêncio (hoje Praça da Alfândega) são comumente tidos como programa de lazer pelas famílias ricas da cidade. E' pouco provável que essas não estivessem presentes nessa noite para assistir ao desfile.

A passagem pela sede da União Republicana é aproveitada por um jovem militante para, da sacada, proferir um discurso. Entusiasmando ainda mais os presentes com suas palavras, a sede da entidade de propaganda é transformada em púlpito. Dela emana o discurso do novo regime para a multidão que desfila. Também a frente da residência do governador é local para vivas à novel República. Não é gratuito que, justo nesse local, o líder republicano Júlio de Castilhos tome a palavra *em nome do povo, do exército e da marinha* (todos personagens presentes ao ato) e fale ao General e Governador do Estado.

Nesse contexto, a multidão é claramente usada para legitimar as palavras dos republicanos frente ao governo provisório, para demonstrar a capacidade de arregimentação desse grupo e assim servir como legitimação social para sua ação política. A população porto-alegrense é evocada e reunida para dar conteúdo e peso político às palavras do líder republicano. Dando vivas e aplausos, ela legitima a figura do orador e endossa seu discurso ao chefe de Estado.

Como marcha cívica que fala ao chefe do Estado, ela somente pode ter sido realizada por cidadãos, por indivíduos reconhecidos pelo Estado como portadores do direito de se manifestar politicamente. À festividade é atribuído um caráter de ato político, é vista como legítima manifestação de cidadania da população porto-alegrense.

## A cidadania festiva

Pelo que aqui vimos, a Proclamação da República não passa despercebida pela população de Porto Alegre. Ao contrário, nos dias que seguem ao 15 de novembro ela sai às ruas para buscar informações, mas também para expressar seu apoio e seu contentamento com o novo regime. O PRR, em que pese interpretar essas primeiras manifestações populares como atos de apoio à República, procura retirar-lhes o caráter de ação política. Essa dimensão somente é digna de ser exercida pelos seus correligionários. As festas são práticas de populares, não de cidadãos.

Mas a multidão em festa, distante dos acontecimentos políticos que decretaram o fim do Império, resolve criar o seu próprio evento para, simbolicamente, instaurar a República na cidade. Em 15 de dezembro de 1889, no festejo promovido pelos alunos da Escola Militar, é a República que passeia triunfante pela cidade.

Ela está sendo levada pelas jovens mãos dos alunos da Escola Militar e pelas lideranças do Partido Republicano. São, sem dúvida, os ilustres da política do novo regime que conduzem a passeata. Contudo, na multidão, reunida nesse momento carregado de significado para a sociedade, também estão presentes os setores populares. Logo, esse ato torna-se também expressão desses setores que desejam manifestar-se e fazer-se ouvir pelo Estado republicano. Ainda que de maneira festiva os diferentes setores da sociedade estão expressando sua concordância com um acontecimento significativo da vida política nacional. Seguindo a banda ao som da *Marseillaise*, ouvindo os discursos pronunciados das janelas do Clube Republicano e diante da casa do chefe do Governo Provisório na Província, dando vivas à República e a seus proclamadores, os porto-alegrenses saem às ruas para saudar o novo regime, mas também para nele se incorporarem como sujeitos políticos.

Nesses momentos de festa é a multidão que está ocupando o espaço urbano como arena política, como palco para “dizer” e para “fazer” a política. De forma espontânea, as corporações, as entidades representativas e mesmo os indivíduos somam-se à manifestação dos alunos da Escola Militar, formando um grupo de contato direto, um coletivo coeso pela vontade de externar sua opinião política favorável à República. De diferentes maneiras essas festividades cívicas seguem sendo promovidas nos primeiros anos da República. Assim é no Dia da Abdicação, no aniversário do Mal. Deodoro, no 1º ano da República, na promulgação da constituição

e na eleição de Júlio de Castilhos como Presidente do Estado. Nessa série de eventos vemos que a festividade é uma prática social recorrente da vida política da cidade.

Mas a festa pelo advento da República adquire um significado social de destaque pois, no momento em que fala aberta e diretamente ao poder instituído, adquire um caráter mais claramente político. Deixa de ser ato puramente lúdico e transforma-se em manifestação de uma *cidadania informal*.<sup>23</sup> É a multidão legitimando o poder republicano, mas o que também se verifica, no sentido oposto, são as atitudes dos líderes republicanos de reconhecimento da multidão como agente político. Nesse segundo momento, portanto, os próprios republicanos vão admitir a multidão em festa como portadores do direito de se manifestar politicamente, como membros da comunidade política porto-alegrense.

Mesmo em tom de comemoração, o que a multidão pretende com essa prática social é atuar, é participar dos acontecimentos políticos da República. Estamos, portanto, diante de uma cidade que constrói coletivamente uma identidade social particular para o cidadão republicano. De forma festiva mas atuante, o préstito de 15 de dezembro de 1889 foi um mecanismo da vida política da população porto-alegrense, foi manifestação de algo que podemos chamar de *cidadania festiva*. Ato da cidadania, porque visava interferir na vida política da cidade, festiva porque estabelecia a festa, a manifestação pública de contentamento como prática política socialmente reconhecida como legítima. A multidão que nesses momentos se reúne está procurando brechas por onde possa se manifestar politicamente e constrói uma cidadania informal que utiliza a rua como espaço político. A partir dele podemos propor que a multidão torna-se agente político na cidade e a rua afirma-se como espaço legítimo de manifestação dessa *cidadania festiva* da população urbana de Porto Alegre.

<sup>23</sup> Conceito tomado de CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\* \* \*

## ANEXO

*A Federação, 16 de dezembro de 1889.*

### *A MARCHA CÍVICA*

Não foi propriamente uma marcha cívica que acaba de se realizar em Porto Alegre.

Foi uma explosão de júbilo que irrompeu do seio da população, sob o aspecto mais brilhante que imaginar se possa.

Em a noite de sábado os edifícios das ruas centrais da cidade, quer públicos, quer particulares, a focos de luz elétrica e a lanternas venezianas.

Foi uma iluminação como os contemporâneos da última geração não tinham ainda testemunhado e para cujo efeito indiscreto contribuíram tanto nacionais como estrangeiros.

E' sabido que o muito que a iniciativa particular deixou de demonstrar, desse modo como de qualquer outro, alegrias por datas nacionais.

Agora o rejuvenescimento da alma popular pelo advento glorioso da República explica os espetáculos extraordinários com que as populações dos Estados Unidos deslumbram o mundo civilizado.

Centenares de estandartes e flâmulas acenando das sacadas de grande número de habitações, correntes de povo pelos passeios das ruas completavam o quadro festivo.

### *O DIA 15*

Era o 30<sup>o</sup> da proclamação da República.

Ao alvorecer a Escola Militar deu uma salva de 21 tiros de canhão, que foi secundada pelos 13<sup>o</sup> e 30<sup>o</sup> batalhões de infantaria com descargas de fuzilaria.

Um movimento desusado, logo pela manhã, o aspecto das ruas centrais com o seu embandeiramento, preveniram o espirito agradavelmente para a marcha projetada, cuja a magnificência era antevista pelos preparativos em que se achavam varias corporações e pela geral adesão que a idéia dos alunos da Escola Militar atraiu desde que foi agitada.

Os navios surtos no porto embandeiraram em arco.

### *A REUNIÃO*

Às 6 horas da tarde começaram a chegar à praça General Deodoro (antiga Pedro II) as corporações que deviam compor o préstito.

A vanguarda foi logo ocupada pelos alunos da Escola Militar, tendo à frente uma esplêndida [bandeira] da República dos Estados Unidos do Brasil, com a devida esfera, estrelas e divisa.

O porta-estandarte era o aluno Martim Pereira.

Junto a este ondulava a bandeira d'A *Federação*, empunhada pelo Dr. Júlio de Castilhos, que tinha a seus lados o Dr. Ramiro Barcelos, superintendente dos negócios da fazenda, o Dr. Antão de Farias, superintendente dos negócios da agricultura, o Dr. Oscar Rheingantz, diretor interino da instrução pública, Major Caldas, diretor geral dos correios do Estado, e outras pessoas gradas.

Em seguida viam-se o estandarte do *Jornal do Comércio*, conduzido por um empregado da empresa, o pessoal de oficinas e escritório das duas folhas e representantes da *Folha da Tarde*.

Seguiram-se o general comandante das armas, os oficiais e inferiores dos corpos da guarnição, lentes da Escola Militar e membros do corpo de saúde, os quais formavam dois grupos numerosos, à frente dos quais flutuavam bandeiras da inolvidável República Rio-Grandense de 1835, empunhadas pelos inferiores Adão Carvalho Barcelos e João Evangelista Barcelos.

Seguiam-se oficiais da armada, a oficialidade e inferiores da polícia, o *Instituto Brasileiro*, tendo por porta-estandarte o aluno Osvaldo de Miranda e Castro; *União Republicana*, porta-estandarte Souza Moura, *Banda Republicana*, com porta-estandarte; *Liga Agrícola Industrial*, com três bandeiras, *União Operária*, *Leopoldina*, *Club dos 20* e *Gemeimdser*, todos com porta-estandarte; *Colégio Rio-Grandense*, porta-estandarte Felipe de Souza Soares; *União Comercial*, porta-estandarte, José Assunção; *Club Caixeiral*, com porta-estandarte; *Luso Brasileira*, porta-estandarte Joaquim Pereira Martins; *Club Italiano e Sociedade Italiana de Mútuo Socorro*, porta-estandarte João Morganti e Santa Catarina Luigi, *Filhos de Thalia*.

E muita bandeira, todas as bandas marciais da guarnição e diversas particulares.

Mal acomodado, já o préstito ocupava todo o quadrado da Praça General Deodoro, e, das rua que desembocavam nesta, afluía permanentemente o povo.

### A PARTIDA DO PRÉSTITO

Ao escurecer, a mole enorme de povo, composta de cerca de 10.000 pessoas, profusamente iluminada por fogos cambiantes e lanternas chinesas, aos sons estrídulos do instrumental das bandas, por entre milhares de aclamações, ao estrondear das salvas de dinamite, uma cousa majestosa, indiscreível.

O leitor que não viu aquela multidão de proporções grandiloquas, panteada de luzes, festivamente ruidosa, dificilmente poderá arquitetar na imaginação o seu deslumbramento.

Em vários pontos do trajeto o préstito foi ainda reforçado pelos alunos de ambos os sexos da Escola Normal, pela colônia Portuguesa, por uma comissão do Club Comercial e por outras coletividades.

O percurso observado foi este: ruas Duque de Caxias, Dr. Flores, Voluntários da Pátria, Praça 15 de Novembro, ruas General Silva Tavares, Andradas, General Portinho e Duque de Caxias.

Na ocasião em que o préstito passava em frente ao edifício em que funciona a *União Republicana* pronunciou um entusiástico discurso, da sacada, o jovem Plínio Casado, que foi muito aplaudido.

#### *EM FRENTE AO PALACETE DO GOVERNADOR*

Ao defrontar o palacete do Visconde de Pelotas, ilustre governador deste Estado, parou de novo a procissão grandiosa.

Ai usou a palavra o Dr. Júlio de Castilhos, que, verdadeiramente inspirado pela solenidade do momento, em nome do povo, do exército e da armada saudou o denotado marechal que tinha a suprema glória de se achar presidindo este Estado, o Rio Grande valoroso que, afivelando a cintura, ainda jovem, a espada, havia caminhado de triunfo em triunfo até as barrancas do Aquidabam, donde caiu no seio da glória.

Fez depois a apoteose do cidadão que, cedendo aos impulsos do mais nobre civismo, afastou-se da monarquia desde que se convenceu que esse regime jamais faria a felicidade da pátria.

Terminou levantando um viva ao governador, sendo entusiasticamente secundado pelos milhares de manifestantes.

Emocionado pela grandeza do espetáculo que se descortinava às suas vistas, afeitas, alias, á contemplação das cenas épicas a que a defesa da pátria repetidas vezes o levou, o ilustre visconde agradeceu a demonstração festiva que lhe era feita, saudou o povo, de cujo o seio tem sempre recebido inspirações e por cuja causa tinha abandonado a monarquia, elogiou a atitude patriótica da Escola Militar deste Estado, e concluiu levantando saudações ao exército, à armada e à República dos Estados Unidos do Brasil.

As últimas palavras do valoroso cabo de guerra foram cobertas pelas aclamações da massa popular, que, em seguida, na praça General Deodoro dissolveu, porque então começava a chover torrencialmente.

Tal é a pálida descrição que nos é dado fazer das festas magníficas realizadas nesta capital, sábado e domingo, sob a iniciativa da briosa mocidade da Escola Militar, e com o concurso entusiástico da população em geral.